

A PESQUISA EM POLÍTICA LINGUÍSTICA: UMA RESENHA DE *LANGUAGE POLICY*

Thomás Dorigon¹

Th_dorigon@hotmail.com

VISÃO GERAL DO LIVRO

Language Policy, de David Cassels Johnson², convida o leitor a refletir sobre o campo de estudos de política e planificação linguística, salientando a importância de se investigar a relação entre os textos e os discursos de política linguística e as práticas linguísticas. O livro é uma referência para estudantes de graduação e pós-graduação interessados em iniciar seus estudos em política linguística, bem como para pesquisadores que desejem ampliar seus conhecimentos na área e explorar diferentes métodos de pesquisa.

Com uma linguagem acessível e dialogando com diversos autores e pesquisadores como Spolsky, McCarty, Jaffe, Tollefson e Hornberger, a obra revisa detalhada e criticamente a história, as teorias e os principais métodos de pesquisa em política linguística, chamando atenção para a complexidade dos processos políticos, além de apresentar diferentes exemplos de projetos de pesquisa na área. Ao focalizar a pesquisa ação como método de investigação de política linguística, Johnson busca promover estratégias em favor do engajamento social e reposicionar o professor-pesquisador como sujeito interpretador e criador de políticas linguísticas, em contraposição a um mero implementador.

¹ Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

² David Cassels Johnson é professor do Departamento de Ensino e Aprendizagem da Faculdade de Educação da Universidade de Iowa, sendo filiado, ainda, ao Programa de Educação de Inglês como Segunda Língua e de Língua Estrangeira da mesma universidade. Seus interesses de pesquisa incluem sociolinguística crítica e política e planificação linguística. O autor tem publicados diversos artigos, capítulos de livro e livros envolvendo, entre outros, política e planificação linguística, política educacional linguística e estudos etnográficos.

Language Policy é dividido em quatro partes, quais sejam: *Lançando as Bases: Definições, Teorias e Conceitos; Achados; Pesquisando Política Linguística; e Recursos*³. Nesta resenha, cada uma das quatro seções, a seguir, corresponde a uma parte do livro.

1. O QUE (NÃO) É POLÍTICA LINGUÍSTICA?

A primeira parte do livro, *Lançando as Bases: Definições, Teorias e Conceitos*, está dividida em dois capítulos. O capítulo 1 analisa cinco definições e elabora diferentes tipos de política linguística, bem como traz três exemplos que permitem ao leitor explorar as definições analisadas pelo autor. Johnson discute a diferença entre política e planificação linguísticas, questão bastante complexa e presente em diversos estudos de política linguística⁴. Abordagens mais tradicionais consideram a política como o processo de tomada de decisões relativo a uma determinada língua, ao passo que planificação diz respeito à passagem da política à ação, à implementação (Calvet, 2007: 17). Ilustra bem essa distinção a revolução linguística na Turquia, iniciada na década de 1920.

De acordo com Calvet (2007), quando Mustafa Atatürk ascendeu ao poder da Turquia, em 1923, foi realizada uma revolução linguística, com vistas a modificar o turco escrito – uma língua erudita, cheia de palavras árabes e persas, com poucas correspondências com a língua falada no país. Se nos pautamos pelas abordagens tradicionais, explicitadas no parágrafo anterior, a decisão do governo de adotar um alfabeto adaptado do alfabeto latino, obrigar seu uso em documentos, anúncios, livros e no ensino, e substituir todo o vocabulário árabe-persa por um vocabulário de origem turca pode ser compreendida como política linguística. A implementação dessas decisões na prática, por sua vez, através, por exemplo, da criação de uma sociedade de estudo da língua turca e da publicação de uma coletânea de formas lexicais de origem árabe ou persa com seu equivalente em turco, se constitui na planificação linguística, na implementação das decisões políticas. Sem deixar de considerar as diferenças terminológicas, Johnson justifica o uso do termo política linguística ao longo do seu livro. Para ele, nem todos os exemplos de política linguística são intencionais e planejados, e esse termo contemporaneamente já engloba também a implementação.

³ No original: *Laying the Groundwork: Definitions, Theories, and Concepts; Findings; Researching Language Policy; e Resources*

⁴ Para discussões a respeito dos termos política e planificação linguística, ver, entre outros, Rajagopalan (2013), Savedra e Lagares (2012) e Shohamy (2006).

Ainda no capítulo 1, são apresentadas e discutidas cinco definições de política linguística de diferentes autores (Kaplan e Baudaulf; Schiffman; Spolsky; McCarty; Tollefson), a partir das quais Johnson (2013: 9) elabora sua própria definição: “uma política linguística é um mecanismo político que impacta a estrutura, a função, o uso ou a aquisição da linguagem [...]”⁵ e inclui regulações oficiais, mecanismos ligados a crenças e práticas linguísticas, produtos e processos conduzidos por uma série de agentes e textos e discursos políticos. O autor advoga em favor de uma posição crítica em relação a políticas linguísticas, que não apenas reconhece o poder das políticas linguísticas em marginalizar usuários de línguas minoritárias – como historicamente tem sido feito⁶ –, mas, também, o seu efeito contrário, contribuindo para a promoção de direitos econômicos e educacionais. As definições de política linguística têm incluído cada vez mais fenômenos envolvendo a linguagem. Embora Johnson (2013: 24) reconheça que esse alargamento de definições possa oferecer novas perspectivas e iluminar as pesquisas em política linguística, é preciso refinar o que se quer dizer com política linguística, de modo que o termo não se torne “um descritor geral no qual todas as atitudes, ideologias e práticas linguísticas sejam categorizadas”⁷.

Além das definições, o capítulo 1 trata de diferentes tipos de política linguística, nem sempre com usos claros e homogêneos. Os tipos analisados são os seguintes: de “cima para baixo” e “de baixo para cima”, evidente e encoberta, explícita e implícita, *de jure* e *de facto*⁸. A partir de três exemplos que revisam atividades constituintes de políticas linguísticas, o leitor tem a oportunidade de operacionalizar os conceitos e os tipos tratados pelo autor ao longo do capítulo e analisar o processo político como dinâmico, heterogêneo e complexo, já que envolve textos, discursos, ideologias, atores e práticas. O ponto central de Johnson nessa seção é que, independentemente de onde e com quais intenções as políticas são geradas, elas passarão por processos de interpretação e apropriação ao longo de múltiplas camadas e contextos, o que desloca o processo político da tradicional estrutura estatal para os múltiplos agentes que as constituem e que dela fazem parte. De acordo com Ricento (2000: 208), é essa

⁵ No original: “A language policy is a policy mechanism that impacts the structure, function, use, or acquisition of language [...]”.

⁶ Aponto, como exemplo, o mito do monolinguismo no Brasil. Desde que o Marquês de Pombal proibiu o ensino de línguas indígenas e estabeleceu o português como língua oficial do Brasil colônia, em 1758, as línguas indígenas têm sido desprestigiadas e, em muitos casos, abandonadas. Num momento posterior, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, nos anos 30 do século XX, o Estado brasileiro investiu em políticas linguísticas que proibiram imigrantes e seus descendentes de fazerem uso de suas línguas maternas. Para mais detalhes, ver Maher (2013).

⁷ No original: “a general descriptor in which all languages attitudes, ideologies, and practices are categorized”.

⁸ No original: *top-down* e *bottom-up*, *overt* e *covert*, *explicit* e *implicit*, e *de jure* e *de facto*.

noção de agência que separa as abordagens de política linguística mais antigas, técnicas, e as mais atuais, críticas.

O capítulo 2 é destinado a discutir as origens das pesquisas em política linguística, no início da década de 1960, e explicitar os desenvolvimentos teóricos e metodológicos e a evolução desse campo de estudos desde então. Os primeiros pesquisadores estavam interessados em resolver problemas linguísticos das nações recém-independentes, sobretudo na África e na Ásia, desenvolver gramáticas e dicionários e pensar em como desenvolver a forma de uma língua (planejamento de *corpus*) e alocar os usos de uma língua (planejamento de *status*). Questões relativas a planejamento de *status* incluem oficialização, nacionalização, renascimento e difusão de uma língua, entre outros. A planificação linguística, ou seja, a política linguística posta em prática, era vista como uma ciência objetiva e neutra, como instrumento de melhoria de determinadas línguas, implementada tradicionalmente pelo estado-nação. Nesse processo, cada Estado deveria desenvolver a sua língua, e promover o multilinguismo significava prejudicar as nações.

A partir dos anos 1970, no entanto, essa abordagem começou a sofrer críticas por seu descolamento com a realidade sociolinguística, pelo seu foco em ações deliberadas e planejadas e por sua epistemologia positivista. Johnson desenvolve o surgimento dessas críticas e apresenta abordagens e conceitos de política linguística posteriores, tais como política linguística crítica, etnografia de política linguística, imperialismo linguístico, ecologia da linguagem e política linguística educacional. A emergência dessas abordagens chamou atenção para a natureza ideológica e sociopolítica das políticas linguísticas e para os múltiplos contextos e camadas ao longo dos quais a política se desenvolve.

2. OS AGENTES DE POLÍTICA LINGUÍSTICA NÃO APENAS IMPLEMENTAM, MAS TAMBÉM CRIAM POLÍTICAS

A segunda parte de *Language Policy*, intitulada *Achados*, explora como os conceitos, as teorias, as definições e os métodos, tratados na parte I, são colocados em prática, através da apresentação e da discussão de projetos longitudinais e de estudos que fazem uso de uma variedade de teorias e métodos de política linguística em vários lugares do mundo. Os achados desses estudos lançam luz sobre o que são políticas linguísticas e apontam para novas direções desse campo de estudo, sobretudo no que tange à relação entre textos e discursos políticos com as práticas linguísticas.

O capítulo 3 analisa quatro estudos longitudinais, gerados por teses e dissertações ou por pesquisa etnográfica, e relatórios de pesquisa, cujo objeto de investigação são os processos de política linguística em diversos contextos. Os quatro estudos longitudinais contam com geração de dados etnográficos, o que permite ao pesquisador analisar a interação das políticas linguísticas no nível macro com as práticas educacionais locais e com o fazer e o refazer da política linguística local. Com efeito, os estudos ajudam a responder à seguinte pergunta de Johnson (2013: 92): “Como podemos fazer conexões entre textos e discursos políticos em nível macro e múltiplas camadas de atividade – criação, interpretação, apropriação – que levam, em última análise, à instanciação (ou à falta de instanciação) da política na prática?”⁹. Uma das respostas é a utilização do método etnográfico para geração de dados empíricos. Através de diferentes indagações, perguntas e provocações, o autor convoca o leitor a refletir sobre métodos de pesquisa e sobre como promover uma pauta a favor da justiça social, do multilinguismo e dos direitos de línguas minoritárias.

A variedade de estudos de caso tratados no capítulo expande o entendimento do leitor a respeito do que constitui uma política linguística. Se por um lado os estudos mais recentes focalizam a reflexão e a análise das práticas locais, juntamente com os processos de criação, interpretação, apropriação e instanciação de políticas linguísticas, por outro surgem desafios conceituais: se todas as práticas linguísticas são políticas linguísticas, então qualquer estudo de práticas linguísticas ou normas sociolinguísticas pode ser reposicionado como um estudo de política linguística? Sem oferecer uma resposta pronta, Johnson convida o leitor a uma reflexão a respeito desse e de outros desafios conceituais.

O capítulo 4 apresenta doze achados evidenciados por múltiplos estudos. O autor focaliza pesquisas envolvendo a relação entre as políticas linguísticas no nível macro e no nível micro, entre os textos e discursos políticos e as práticas linguísticas. O foco dessas pesquisas é capturar e analisar como as políticas linguísticas são criadas, interpretadas, apropriadas e instanciadas ao redor do mundo. Johnson salienta a importância da geração de dados empíricos como uma rica fonte de complementação à robustez teórica do campo de políticas linguísticas.

Os achados discutidos por Johnson são os seguintes:

1. “Os agentes de política linguística têm poder” (p. 98)¹⁰;

⁹ No original: “How do we make connections between macro-level language policy texts and discourses and the multiple layers of activity – creation, interpretation, appropriation – that ultimately lead to the instantiation (or lack thereof) of policy into practice?”

¹⁰ No original: “Language policy agents have power”.

2. “O poder da política linguística está alocado diferentemente entre *árbitros* e *implementadores*” (p. 100)¹¹;
3. “Órgãos sociais usam políticas linguísticas para controlar” (p. 102)¹²;
4. “Políticas linguísticas nacionais multilíngues *podem* abrir e realmente *abrem* espaços para educação multilíngue e línguas minoritárias” (p. 103)¹³;
5. “Políticas linguísticas locais multilíngues *podem* abrir e realmente *abrem* espaços para educação multilíngue e línguas minoritárias” (p. 105)¹⁴;
6. “Políticas vindas de cima ou de baixo são relativas” (p. 108)¹⁵;
7. “Políticas linguísticas multilíngues em nível macro não são necessariamente suficientes” (p. 108)¹⁶;
8. “Políticas linguísticas multilíngues locais tampouco são necessariamente suficientes” (p. 109)¹⁷;
9. “Políticas linguísticas em nível meso importam” (p. 110)¹⁸;
10. “Políticas linguísticas nacionais não são necessariamente consistentes ideologicamente” (p. 111)¹⁹;
11. “Intenções políticas são especialmente difíceis de averiguar” (p.113)²⁰; e
12. “A linguagem da política linguística constitui um gênero próprio” (p. 117)²¹.

Se, por um lado, os estudos mais tradicionais de política linguística olham para o processo político como um processo linear, geralmente levado a cabo pelo Estado, com intenções claras e homogêneas e implementado por indivíduos como educadores e professores, os achados que Johnson discute levam o leitor a uma nova compreensão desse processo, a desafiar as certezas, as categorizações e os papéis dos indivíduos no processo político. O autor utiliza o termo *apropriação* para “ênfatar o importante papel que múltiplos atores ao longo de múltiplos contextos desempenham no processo político” (Johnson, 2013: 96). Os agentes de política

¹¹ No original: “Language policy power is differentially allocated among *arbiters* and *implementers*”.

¹² No original: “Governing bodies use language policies for control”.

¹³ No original: “National multilingual language policies *can* and *do* open spaces for multilingual education and minority languages”.

¹⁴ No original: “Local multilingual language policies *can* and *do* open spaces for multilingual education and minority languages”.

¹⁵ No original: “Top-down and bottom-up are relative”.

¹⁶ No original: “Macro multilingual language policies are not necessarily enough”.

¹⁷ No original: “Local multilingual language policies are not necessarily enough either”.

¹⁸ No original: “Meso-level language policies matter”.

¹⁹ No original: “National language policies are not necessarily ideologically consistent”.

²⁰ No original: “Policy intentions are especially difficult to ascertain”.

²¹ No original: “Language policy language constitutes its own genre”.

linguística têm a capacidade de interpretar criativa e imprevisivelmente os textos e os discursos políticos, podendo reforçar ou mesmo resistir a uma política linguística. Johnson (2013: 99) argumenta que o ato de interpretar uma política é “um ato de criação, já que tem influência sobre o que uma política faz”²².

Um estudo discutido por Johnson ilustra bem o poder dos agentes de política linguística e a sua capacidade de criar políticas. Desde 1957, a Índia tem uma política linguística que promove o uso da língua materna dos alunos, ou do hindi e/ou do inglês em todas as escolas do país. No entanto, de acordo com Mohanty, Panda e Pal (2010), a implementação dessa política tem sido muito heterogênea, e o inglês tem ascendido a uma posição de privilégio em todo o país, substituindo as línguas minoritárias e o hindi. Apesar disso, mesmo em escolas cuja língua de instrução é o inglês, as pesquisas evidenciam que os professores incorporam ativamente as línguas maternas dos alunos nas suas práticas educacionais e nas interações em sala de aula, o que leva Johnson a afirmar que não apenas os professores estão fazendo política, como também os alunos.

3. COMO CAPTURAR A CRIAÇÃO, INTERPRETAÇÃO, APROPRIAÇÃO E INSTANCIÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS?

A terceira parte do livro, *Pesquisando Política Linguística*, serve como guia metodológico para pesquisadores de política linguística. Seguir uma metodologia de pesquisa nessa área não é uma tarefa fácil, já que, por não haver métodos específicos de pesquisa em política linguística, os pesquisadores fazem uso de diversas teorias e conceitos, muitas vezes se apoiando em outras disciplinas. Outra dificuldade é que os contextos sob investigação, principalmente nos estudos mais recentes, envolvendo escolas e salas de aula, podem conter oportunidades únicas de pesquisa, ensejando métodos particulares. Ao longo dos três capítulos que compõem a parte III, Johnson oferece ao leitor um olhar cuidadoso sobre os métodos de pesquisa mais comuns em política linguística, cada qual com exemplos de estudos, e sugere diferentes tipos de projetos em política linguística. Certamente, o leitor que não está familiarizado com pesquisas na área achará essa parte particularmente útil e relevante.

O capítulo 5 revisa alguns tipos de métodos e abordagens de pesquisa em política linguística. O termo *abordagem* é utilizado por Johnson porque nem todas as áreas exploradas no capítulo incluem um guia metodológico específico. As abordagens tratadas são as

²² No original: “An act of creation since it has influence over what a policy does”.

seguintes: primeiros trabalhos de planificação linguística; análise textual histórica; a teoria política e a lei; discurso da mídia e política linguística; etnografia de política linguística; e análise do discurso²³. Ao final do capítulo, Johnson elabora um quadro bastante didático com métodos que podem ser utilizados para analisar o processo de criação, interpretação, apropriação e instanciação de políticas linguísticas a depender das perguntas de pesquisa e do foco do pesquisador.

O capítulo 6 trata especificamente da pesquisa-ação, método de pesquisa que focaliza o professor como pesquisador que reflete sobre as suas práticas em sala de aula. Esse método propõe estratégias para que professores e educadores se engajem no questionamento das desigualdades de poder e na promoção da justiça social. Nesse capítulo, Johnson enfatiza o papel do professor como árbitro de políticas linguísticas, e não mero implementador. Um professor que reflete sobre suas práticas tem a possibilidade de se questionar sobre como está criando, interpretando, e apropriando políticas linguísticas, bem sobre como desafiar desigualdades presentes no seu contexto de pesquisa, abrindo margem para intervenções nessa realidade. Para o autor, “o pesquisador pode se tornar uma conexão entre a pesquisa e a prática ao se engajar na promoção da política linguística educacional e na pesquisa-ação”²⁴ (Johnson, 2013: 120). Chama atenção, ainda, ao longo do capítulo, a ênfase de Johnson na natureza colaborativa e participativa desse método de pesquisa, que não é feita em outras pessoas, mas por elas e para elas. Nesse sentido, o professor-pesquisador pode ser um instrumento de reflexão e mudança para alunos, outros professores, funcionários, diretores, pais etc.

Um dos três exemplos de pesquisa-ação discutidos por Johnson se refere à Pesquisa *Kaupapa Māori* (KMR²⁵), cujo objetivo principal é eliminar as práticas discriminatórias de projetos de investigação envolvendo participantes *Māori*, grupo atualmente minoritário da Nova Zelândia, e pesquisadores não-nativos. A KMR fornece um modelo para que esses pesquisadores conduzam seus estudos respeitando os valores culturais e os interesses da comunidade *Māori*. Dentre as perguntas que devem ser endereçadas antes do início dos projetos, estão:

1. Que diferença esta pesquisa fará para os *Māori*?²⁶ (p. 187)

²³ No original: Early language planning work, Historical-textual analysis, Political Theory and the law, Media discourse and LPP, Ethnography of language policy, Discourse analysis.

²⁴ No original: “the researcher can become a connection between research and practice by engaging in educational language policy advocacy and action research”.

²⁵ No original: *Kaupapa Māori Research*.

²⁶ No original: “What difference is this research going to make for the Māori?”

2. Que intervenções significativas resultarão?²⁷ (p. 187)
3. Como o pesquisador apoia as aspirações culturais e linguísticas dos *Māori*?²⁸ (p. 187)
4. O pesquisador está meramente nos dizendo o que nós (*Māori*) já sabemos?²⁹ (p. 187)

Nessa relação, há uma clara preocupação com a proteção dos direitos da comunidade em questão e com os benefícios dos quais ela poderá usufruir a partir de pesquisas que a envolvam.

Ao detalhar e analisar a pesquisa ação, Johnson advoga a favor de uma mudança paradigmática nas pesquisas de política linguística. Os estudos tradicionais desse campo focalizam o poder das políticas linguísticas em promover hegemonia linguística e cultural e descapacitar minorias linguísticas. Embora reconheça a importância desses estudos tradicionais, Johnson salienta a necessidade de que as análises e discursos críticos sejam equilibrados com pesquisas-ação, para que se explorem espaços para a agência do educador, para que possa haver intervenções com vistas à melhoria das realidades sociais investigadas e à promoção do multilinguismo.

O capítulo 7 é um guia para elaboração de projetos de pesquisa em política linguística. Qualquer pesquisador que deseje iniciar um novo projeto encontrará, nesse capítulo, uma referência para pensar em temas, contextos e métodos de pesquisa. Johnson delinea uma trajetória que o pesquisador pode seguir, passando por diversas etapas: escolha do tópico e dos contextos da pesquisa; acesso e posicionamento no contexto da pesquisa; perguntas de pesquisa e organização da coleta de dados; e coleta de dados e técnicas de análise. Esse capítulo orienta o leitor a considerar “os *agentes, objetivos, processos e discursos* que originam e perpetuam a política e os contextos sociais e históricos dinâmicos nos quais essa política existe, tendo em mente que essas categorias não são estáticas nem mutuamente exclusivas” (Johnson, 2013: 239)³⁰. Tal orientação corrobora a visão crítica e contemporânea de Johnson a respeito do processo político.

²⁷ No original: “What meaningful interventions will result?”

²⁸ No original: “How does the research support Māori cultural and language aspirations?”

²⁹ No original: “Is the researcher merely telling us what we (Māori) already know?”

³⁰ No original: “the *agents, goals, processes, and discourses* which engender and perpetuate the policy, and the dynamic social and historical contexts in which the policy exists, keeping in mind that these categories are neither static nor mutually exclusive”.

4. APROFUNDANDO CONHECIMENTOS

A última parte de *Language Policy, Resources*, contempla um único capítulo, que encerra a obra com uma série substancial de referências na área de política linguística. Essas referências incluem livros, periódicos, organizações profissionais e conferências, organizações e projetos relacionados a política linguística e educação, exemplos de políticas linguísticas, listas de e-mails eletrônicos, e *websites*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CALVET, Louis-Jean. Nas origens da política linguística. In: CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
2. JOHNSON, David Cassels. *Language Policy*. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2013.
3. MAHER, Terezinha Machado. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; Da SILVA, Kleber Aparecido; TILIO, Rogério; e ROCHA, Claudia Hisdorf (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013.
4. MOHANTY, Ajit; PANDA, Minati; PAL, Rashin. Language policy in education and classroom practices in India: Is the teacher a cog in the policy wheel? In: MENKEN, Kate; GARCIA, Ofelia (Eds). *Negotiating Language Policies in Schools: Educators as Policymakers*. Nova Iorque: Routledge, 2010.
5. RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; Da SILVA, Kleber Aparecido; TILIO, Rogério; e ROCHA, Claudia Hisdorf (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013.
6. RICENTO, Thomas. Historical and theoretical perspective in language policy and planning. *Journal of Sociolinguistics*, (4), 2000.
7. SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Cragoatá*, 32(1), 2012.
8. SHOHAMY, Elana. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2006.